



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

L E I N º 2 0 / 9 2 :

DATA: 30 DE JUNHO DE 1.992:

SÚMULA: Regulamenta a concessão de benefícios previdenciários aos funcionários do Município de Pérola D'Oeste, de que trata a Lei nº 18/92.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os benefícios previdenciários instituídos pela Lei 18/92, serão regulamentados conforme o disposto na presente Lei.

Art. 2º. Para efeito desta Lei considera-se:

I - SEGURADO : O servidor municipal inativo ou o que exercer atividade remunerada, sob regime estatutário, em cargo de provimento efetivo ou comissão e o pensionista.

II - DEPENDENTE:

- a) o cônjuge e os filhos de qualquer condições, com idade inferior a dezoito anos e sem limite de idade, desde que sofram de moléstia que os impossibilitam a trabalhar;
- b) filhos até 24 anos desde que estejam matriculados e frequentando curso universitário e não disponham de fonte de renda;
- c) pai e/ou mãe inválida, sem renda ou bens;
- d) os irmãos de qualquer condição, menores de 18 anos solteiros, ou inválidos, que não possuam renda para sobreviver.

§ 1º - Equiparam-se aos filhos, nas condições das letras "a" e "b", mediante declaração escrita do funcionário:

I - enteado;

II - menor, que por determinação judicial, se ache sob sua guarda;

III - o menor que se ache sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 2º.- Somente inexistindo esposa e esposo com direito aos benefícios, a pessoa poderá mediante declaração escrita do funcionário com filhos destes, habilitar-se ao benefício.

§ 3º - Não sendo o funcionário civilmente casado, será considerada tacitamente designada a pessoa com quem tenha co-habitado maritalmente, por mais de cinco anos, feita a declaração prevista no § 2º.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0466) 66-1223
85.740 - PÉROLA D'OESTE

PARANÁ

§ 4º - Mediante declaração escrita do funcionário, os dependentes constantes das letras "c" ou "d", deste artigo, poderão concorrer com o cônjuge ou com pessoa designada na forma do § 3º, salvo se existirem filhos com direito aos benefícios.

§ 5º - Para efeito deste artigo, a invalidez deverá ser verificada por uma junta médica indicada pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º - A dependência econômica das pessoas indicadas no caput do artigo 2º deverá ser declarada ou comprovada pelo próprio funcionário junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal e constará de sua ficha funcional.

Art. 4º - Perde a condição de dependente o cônjuge desquitado sem direito a alimentos, ou que voluntariamente tenha abandonado o lar há mais de 05 anos, ou mesmo por tempo inferior, o tenha abandonado e a ele se recuse a voltar, desde que esta situação haja reconhecida por sentença judicial transitada em julgado.

Art. 5º - A inscrição dos dependentes será feita pelo próprio funcionário junto ao Departamento de Pessoal, mediante apresentação de certidão de nascimento, casamento, ou documento equivalente que prove a dependência econômica da pessoa, as quais constarão da Declaração de Dependência Econômica, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Pessoal.

Art. 6º - Ocorrendo o falecimento do funcionário sem que este tenha feito a inscrição prevista no Artigo 5º, os dependentes poderão promovê-la, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, anexando documentação comprobatória da dependência econômica.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal só poderá deferir o requerimento, após o parecer favorável da Assessoria Jurídica da Prefeitura.

Art. 7º - O cancelamento da inscrição do cônjuge será admitida em face de certidão de desquite ou divórcio, em que não tenham sido assegurados alimentos, certidão de anulação de casamento, prova de óbito ou sentença final que reconheça a situação prevista no final do artigo 4º.

Parágrafo Único - No demais casos de dependência, o cancelamento será feito através de certidão de óbito ou ao completar a idade limite estabelecida.

DOS BENEFÍCIOS

Art. 8º - Os benefícios assegurados pela previdência Municipal consistem:

I - quanto aos segurados:

- a) - auxílio doença
- b) - aposentadoria por invalidez
- c) - aposentadoria por velhice



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223
86.740 - PÉROLA D'OESTE

PARANÁ

d) aposentadoria por tempo de serviço;

II - quanto aos dependentes:

a) pensão

b) auxílio funeral

Art. 9º - O servidor passará a gozar dos benefícios previstos no Artigo 8º desta Lei, a partir do 61º mês de ingresso no regime Estatutário (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Município de Pérola D'Oeste - Lei Nº 17/92).

Parágrafo Único - Independem do período de carência:

a) a concessão de auxílio doença ou de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após ingressar no Regime Estatutário, seja acometido de tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível, cardiopatia grave, doença de Parkinson, ou estado avançado de Paget (ostíte deformante);

b) auxílio doença ou aposentadoria por invalidez resultante de acidente de trabalho;

c) concessão de auxílio funeral.

Art. 10. Não será permitida a percepção conjunta de auxílio doença com aposentadoria de qualquer natureza.

Art. 11. AUXÍLIO DOENÇA será devido ao servidor que ficar incapacitado para o trabalho por prazo superior a trinta dias e esteja vinculado ao regime estatutário por mais de doze meses completos.

§ 1º - O auxílio doença corresponderá a 70% (setenta por cento) dos proventos do servidor, mais 1% (um por cento) desse salário por ano completo de atividade abrangida pelo Regime Estatutário, tendo como limite o salário benefício.

§ 2º - O auxílio doença será devido a partir 31º dia de afastamento da atividade, não perdurando por período superior a 60 meses.

§ 3º - O segurado em gozo de auxílio doença ficará obrigado, sob pena de suspensão de benefício, a submeter-se aos exames de tratamento indicado pelos médicos credenciados pela Prefeitura Municipal.

Art. 12. Após 60 meses de gozo de auxílio doença o funcionário que ainda se achar incapacitado será aposentado por invalidez.

Art. 13. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ será paga ao servidor que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz ou insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade no serviço público municipal.

§ 1º. Os proventos de aposentadoria serão:



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0466) 56-1223

85.740 - PÉROLA D'OESTE

PARANÁ

I - Integrais, quando o funcionário:

- a) contar tempo de serviço bastante para a aposentadoria voluntária, artigo 17 desta Lei;
- b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional em decorrência das doenças de que trata o parágrafo único do artigo 9º da presente Lei, ou ainda, por outra moléstia que a Lei indicar, com base nas conclusões da medicina especializada.

II - Proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

§ 2º - Quando no exame médico for constatada a incapacidade definitiva, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio doença prévio, sendo devida a contar do 31º (trigéssimo primeiro) dia do afastamento da atividade.

§ 3º - A partir dos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade do servidor, ficará dispensado dos exames para fins de verificação de incapacidade e dos tratamentos para reabilitação profissional.

Art. 14 - A aposentadoria por invalidez será mantida enquanto a incapacidade do segurado permanecer nas condições do artigo 13, ficando o mesmo obrigado a submeter-se aos exames a qualquer tempo que forem julgados necessários para verificação da persistência, ou não, dessas condições.

Art. 15 - Verificada a recuperação da capacidade para o trabalho, o aposentado por invalidez deverá retornar ao trabalho e terá a sua aposentadoria cancelada.

Art. 16 - APOSENTADORIA POR VELHICE será devida ao servidor que, após 60 (sessenta) meses vinculados ao Regime Estatutário do Município, com proventos proporcionais ao tempo de serviço:

- a) venha a completar 65 (sessenta e cinco) anos se homem e 60 (sessenta) anos se mulher;
- b) compulsóriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, se homem e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher.

§ 1º - A data do início da aposentadoria por velhice será a da entrada do pedido ou a de afastamento da atividade se posterior àquela.

§ 2º - O auxílio doença ou aposentadoria por invalidez do servidor que completar a idade mencionada neste artigo, será automaticamente convertido em aposentadoria por velhice.

Art. 17 - A APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO será devido à servidor que completar:

- a) 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício se homem e aos 30 (trinta) anos se mulher, com proventos integrais.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223
85.740 - PÉROLA D'OESTE

PARANÁ

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em função do magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais.

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais;

§ 1º - Para apuração do tempo de serviço para aposentadoria prevista neste Artigo, será obedecido o disposto no ^{Cópia do} III, artigo 35, da Lei nº 17/92.

§ 2º - Aposentadoria será concedida, a pedido do interessado, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, instruído com todos os documentos comprobatórios do tempo de serviço.

§ 3º - O servidor aguardará em exercício o deferimento da aposentadoria e publicação do ato que a concedeu.

Art. 18 - É assegurado aos dependentes do servidor que vier a falecer e contar com mais de 12 (doze) contribuições mensais, o direito de perceberem mensalmente uma pensão correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração mensal, ou proventos de aposentadoria.

§ 1º - A pensão, que acompanhará os aumentos de vencimentos e suas alterações, será paga:

- a) metade ao cônjuge;
- b) metade aos filhos até atingirem a maioridade e sem limite de idade, desde que sofram de moléstia que os impossibilite de trabalhar;
- c) proporcionalmente aos demais dependentes que se habilitarem aos termos do Parágrafo segundo, do artigo segundo desta Lei.

§ 2º - Perderão o direito à pensão prevista neste artigo, o pensionista que contrair núpcias, os filhos que atingirem a maior idade ou possuam recursos próprios para a sua subsistência.

§ 3º - Somente na falta dos dependentes mencionados nas letras "a" e "b" deste artigo, poderão os demais habilitar-se à pensão

§ 4º - A cota da pensão prevista neste artigo extingue-se:

- a) pela morte do pensionista;
- b) para o cônjuge ou pessoa designada na forma do parágrafo terceiro, do artigo 2º desta Lei, quando contrair núpcias.
- c) para filho, filha, irmão ou irmã, quando não sendo inválidos completarem 18 anos;
- d) para dependentes designados, quando completarem 18 anos;
- e) para pensionista inválido quando cessar a invalidez do dependente que deverá ser verificada em exame médico a



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

cargo da Prefeitura Municipal.

§ 5º - A pensão vai se extinguindo a medida que forem se extinguindo os dependentes.

Art. 19 - O pensionista inválido está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames que forem determinados pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura.

Art. 20 - Após a morte presumida do funcionários, declarada pela autoridade judiciária competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida uma pensão provissória, na forma estabelecida do artigo 18 desta Lei.

Art. 21 - AUXÍLIO FUNERAL será concedido à família do funcionário falecido, ainda que, ao tempo de sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado, no valor correspondente a um mês de vencimento ou remuneração.

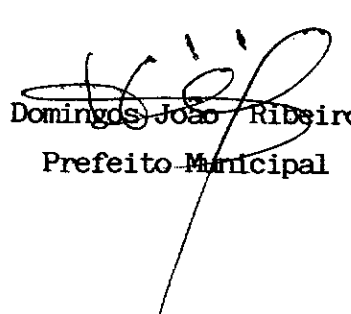
§ 1º - Em caso de acumulação, o auxílio funeral será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do servidor.

§ 2º - Quando não houver pessoa da família do funcionário no local do falecimento, o auxílio funeral será pago a quem promover o enterro, mediante prova das despesas.

§ 3º - O pagamento do auxílio funeral obedecerá a processo sumário, concluído no prazo de quarenta e oito horas da apresentação do atestado de óbito, incorrendo em pena de suspensão o responsável pelo retardamento.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou homologação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois.


Domingos João Ribeiro
Prefeito Municipal

PUBLICADO

JORNAL: Trambeta

EDIÇÃO: 182 PÁG.

DATA: 18.09.92